

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS – CPIROUAN

REQUERIMENTO N.º , DE 2016.

(Do Sr. Jorge Solla)

Requer a convocação do Sr. Antonio Carlos Bellini Amorim, presidente do Grupo Bellini Cultural para prestar depoimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 58, § 3º, da Constituição Federal, art. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja convocado Antonio Carlos Bellini Amorim, presidente do Grupo Bellini Cultural, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

Um dos alvos da Operação Boca-Livre, da Polícia Federal, Antonio Carlos Bellini Amorim, sócio fundador do Grupo Bellini, é apontado como mentor do esquema que desviou R\$ 180 milhões de recursos públicos via Lei Rouanet, conforme investigação comandada pela Polícia Federal na Operação Boca Livre.

Conforme reportagem do jornal Folha de S. Paulo, dos 88 projetos considerados fraudados que a Polícia Federal analisa neste inquérito, 23

foram feitos pelas cinco empresas do grupo Bellini. Os valores captados nestes projetos somam R\$ 11,9 milhões.

Irregularidades nos projetos realizados pelas empresas de Antônio Carlos Bellini Amorim já eram conhecidas pelo MinC há cinco anos, de acordo com despacho do MinC, datado de 30 de julho de 2015, segundo mesma reportagem, do dia 28 de julho de 2016.

Em 2011, o Ministério Público Federal encaminhou ao Ministério da Cultura denúncias de uso irregular de verba pública contra o empresário. A partir disso, o MinC constatou que, entre as práticas irregulares, estão a apresentação de fotos e documentos fraudados para comprovar realização de evento ou produção de livro. Em 2013, o ministério inabilitou as empresas, que não mais poderiam captar pela Lei Rouanet.

Bellini tentou acordo com o MinC entre fevereiro e abril de 2015: propôs realizar os projetos para os quais recebeu valores da Rouanet e, em contrapartida, poderia voltar a receber verbas de isenção fiscal. Em julho do ano passado, a Advocacia-Geral da União sugeriu o indeferimento do acordo. O MinC acatou esta decisão.

De acordo com investigadores da operação, Bellini usou recursos públicos para pagar despesas do casamento de um familiar. A festa de luxo aconteceu na praia Jurerê Internacional, em Florianópolis.

A oitiva de Antonio Carlos Bellini Amorim é fundamental para a compreensão do funcionamento do esquema de corrupção. O empresário será capaz de elucidar o destino dos recursos desviados, as pessoas envolvidas, bem como se houve envolvimento de agentes públicos.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jorge Solla